

## UMA AVALIAÇÃO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO DO FLUXO ESCOLAR (PRFE)<sup>1</sup>

Rita Jaqueline Nogueira Chiapetti<sup>2</sup>  
Edelzuita Magalhães Batista<sup>3</sup>

**Resumo:** O Projeto de Regularização do Fluxo Escolar (PRFE) do Estado da Bahia é voltado para a correção da defasagem idade/série com o objetivo de capacitar os alunos para concluir o Ensino Fundamental II em 2 anos. Este artigo avalia o PRFE na Escola Estadual de 1º Grau Santa Bernadete, localizada em Amargosa, BA. Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados: ficha de observação, questionário e entrevista aplicados aos alunos, professores, diretora e líder local da escola citada, onde foram identificados alguns pontos positivos e muitos negativos. Também se detectou que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da referida escola é contraditório ao PRFE. Conclui-se que o PRFE não põe em prática sua operacionalização, ou seja, a proposta fica apenas no papel e ainda que os envolvidos não cumprem todas suas funções.

**Palavras-chave:** Ensino Fundamental II; defasagem idade/série; escola estadual.

**Abstract:** The Project of Regularization of the School Flow (PRSF) of Bahia State, aimed at correcting of the age/grade distortion. It aims at qualifying students to conclude the Primary Education II in 2 years. This article is assessing PRSF in the Primary State School Santa Bernadete at Amargosa, Bahia. As data collection instruments were used: observation record, questionnaire and interview with the students, teachers, principal and local leader in the cited school. Participants of the PRSF pointed out some positive points. They also pointed out many negative. The Political Pedagogical Project (PPP) in the school is against the PRSF. Therefore, it ended that PRSF does not practice that, in other words, the proposal is just on the paper and although the involved did not fulfil all your functions.

**Key words:** Primary Education II; distortion age/grade; state school.

<sup>1</sup> As autoras agradecem a colaboração do Professor Gilmar Alves Trindade da UESC.

<sup>2</sup> Geógrafa e Licenciada em Geografia. Mestre em Geografia; doutoranda em Geografia na UNESP, campus Rio Claro-SP. Professora no Curso de Geografia da Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC, Ilhéus-BA. Email: [jaque@uesc.br](mailto:jaque@uesc.br)

<sup>3</sup> Licenciada em Geografia. Especialista em Ensino de Geografia. Professora na Escola Estadual de Santa Bernadete, Amargosa-BA.

## 1 – INTRODUÇÃO

Diante da crise de paradigmas que caracteriza este início do século XXI, as dúvidas, os erros e os acertos afetam tanto o aluno quanto o professor, os quais, em muitos momentos, não sabem como se comportar diante da realidade educacional existente; conseqüentemente, os alunos são os maiores prejudicados.

A geração atual vê-se exposta a uma plêiade de situações inusitadas. A mudança é necessária, porém todo um sistema deve ser repensado por profissionais que estejam preparados, que tenham formação suficiente para trabalhar com seus alunos no bojo das novas tendências, a fim de que as transformações sejam positivas, contribuindo com a formação de um aluno crítico, que entenda sua realidade e que saiba agir para transformá-la.

Diante disso, foi escolhido para um estudo de caso o Projeto de Regularização do Fluxo Escolar (PRFE), desenvolvido na Escola Estadual de 1º Grau Santa Bernadete, na cidade de Amargosa-BA. Trata-se de um dos seis Projetos do Programa “Educar Para Vencer”, que visa a melhoria da qualidade do Ensino Fundamental na Bahia. O objetivo deste trabalho é avaliar o PRFE nesta escola, uma vez que ele vem sendo aplicado em muitas escolas públicas do Estado da Bahia.

O PRFE destina-se a alunos “defasados em idade e série” que cursam entre a 5ª e 7ª série do Ensino Fundamental II. Ele tem como objetivos capacitar os alunos para concluir o 3º e o 4º ciclo do Ensino Fundamental em 1 a 2 anos, reduzindo a defasagem idade/série, e também diminuir a evasão e a reprovação nas escolas públicas. Divide-se em dois segmentos com um ano de duração cada: o segmento A, voltado para alunos de 5ª série e o segmento B, voltado para os alunos da 6ª e 7ª séries.

A avaliação do PRFE da referida escola foi feita com o intuito de contribuir para a compreensão das novas tendências do sistema educacional, nos quais o ensino tradicional vem sendo contestado e a abertura para o novo questionada por uns e temida por outros. Pensando na melhoria da qualidade de ensino é de fundamental importância avaliar estas novas tendências educacionais, uma vez que ainda não se transformaram em ações efetivas, o que faz com que alunos e professores não saibam como se comportar diante da nova realidade.

O processo de educação não ocorre isolado e sim de maneira interdependente, por isso todos os envolvidos no processo devem estar engajados na tarefa de repensar tendências já estabelecidas e questionar as novas.

## 1.1 - O Projeto de Regularização do Fluxo Escolar – PRFE

Segundo Oliveira (2000) o objetivo do PRFE é capacitar os alunos para concluir o Ensino Fundamental II em 1 ou 2 anos, com um nível de desempenho pelo menos equivalente aos dos demais graduados.

Para a implantação do PRFE nas escolas deve haver alguns critérios como: as turmas devem ter no máximo 30 alunos; os alunos de 5ª série devem apresentar defasagem de idade/série (13 a 19 anos) igual ou superior a dois anos ou serem alunos repetentes; devem ter menos de 20 anos, idealmente não mais do que 18 anos, devendo saber ler, escrever e dominar as quatro operações; as classes devem ser organizadas prioritariamente no turno diurno; e para a aprovação dos alunos no final do ano letivo, os professores têm como opção manter os alunos na 5ª série, o que evidenciarão falhas no processo, aprovar os alunos para a 6ª ou 7ª série regular, aprovar os alunos para o segmento B do Projeto (aceleração de 6ª, 7ª e 8ª série), ou ainda aprovar os alunos para o ensino médio se os mesmos freqüentaram regularmente as aulas do segmento B, alcançando as competências de 6ª, 7ª e 8ª séries. Caso os professores não concordem com a promoção dos alunos, deverão justificar as suas razões por escrito.

A estrutura do PRFE é composta de:

- a) Uma coordenação central, sediada na Secretaria Estadual de Educação, com líderes de área responsáveis pela execução do Projeto nas redes estaduais e municipais de ensino.
- b) Uma coordenação local, chefiada por um líder local responsável pela implementação, acompanhamento e supervisão do Projeto.
- c) Uma estrutura de capacitação em serviço, composta por supervisores acadêmicos e de práticas educativas, responsáveis pelo apoio aos professores.
- d) Uma estrutura de execução, composta pelos professores.
- e) Uma estrutura de apoio, constituída pelas Secretarias Municipais e coordenadores estaduais de educação, diretores e coordenadores pedagógicos.

Para compor a equipe de professores que atuam no PRFE, o diretor da escola juntamente com o líder de área ou líder local devem, sempre que possível, escolher professores que tenham pelo menos o curso de magistério completo, que demonstrem interesse pelo Projeto e que gostem de assumir desafios, que

permaneçam na escola até o final do Projeto e ainda que se voluntariem. Também podem ser indicados pela direção da escola, em função de seu desempenho anterior.

São funções do líder local:

- a) Reunir-se com os pais dos alunos de sua escola antes do início do ano letivo, para explicar os objetivos do PRFE.
- b) Informar, analisar e discutir mensalmente os resultados obtidos por classe/escola com seus respectivos diretores e professores, buscando uma intervenção imediata para o alcance das metas estipuladas no Projeto.
- c) Promover reuniões quinzenais de avaliação e planejamento de atividades para a próxima quinzena com os professores.
- d) No final do primeiro mês de aula refazer a lista de alunos efetivamente matriculados no PRFE, excluindo os que nunca compareceram e os que foram encaminhados aos programas de alfabetização.

Quanto aos professores e diretores, devem:

- a) Tomar as providências relativas à situação escolar dos alunos excluídos do PRFE.
- b) Garantir os 200 dias letivos, efetivamente com aulas, assim como a realização de 5 horas/aula diárias de 60 minutos, criando estratégias para eliminação de aulas vagas.
- c) Garantir a reposição de aulas no caso de faltas dos professores.
- d) Programar políticas de acompanhamento diário das faltas dos alunos e de prevenção e recuperação de abandonos.
- e) Disseminar a importância do “para casa” para o aprendizado do aluno, devendo ser corrigido diariamente, de forma eficaz, o que pode ser um incentivo aos alunos.
- f) Identificar os alunos faltosos, enviar correspondências para as famílias, visitar suas residências, enfim, resgatá-los e garantir uma frequência regular.

No final de cada ano o PRFE é avaliado com base nos testes do Sistema Nacional de Avaliação de Educação Básica (SAEB), sendo que no segmento A o teste deve ser feito com os conhecimentos para a 4ª série do ensino fundamental e no segmento B, com base nos conhecimentos para a 8ª série.

Durante o ano letivo, os alunos cursam no PRFE apenas cinco disciplinas simultaneamente: português, matemática ciências e geografia (ou história). A disciplina de educação física é oferecida no turno oposto.

## 2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é um estudo de caso desenvolvido na Escola Estadual de 1º Grau Santa Bernadete, localizada na cidade de Amargosa-BA, a 325 km de Salvador. Devido aos altos índices de repetência, evasão e defasagem idade/série, esta escola foi incluída no PRFE do Estado da Bahia no ano de 2001.

A referida escola foi classificada como de porte especial, pois possui 3127 alunos (ano de 2002) matriculados no Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries regulares (3º e 4º ciclos) do fluxo escolar no turno diurno, e no turno noturno no Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries e Aceleração, Estágio 1 e 2. Quanto ao quadro de professores é composto por 92, sendo 76 estatutários e 16 com Contrato de Regime Especial de Direito Administrativo (REDA). A formação desses professores está assim distribuída: 54 possuem habilitação no magistério, 03 em outra habilitação e 35 possuem formação em Ensino Superior, com licenciatura plena.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi escolhida uma turma do segmento A do PRFE, sendo que participaram 28 alunos, o que representa 50% dos alunos deste segmento. Também foram sujeitos da pesquisa 06 professores (que se ofereceram para colaborar com a pesquisa) que trabalharam no ano de 2001 e primeiro semestre de 2002 no PRFE, além da diretora da escola e da líder local.

Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados ficha de observação, questionários e entrevistas, os quais foram aplicados em junho de 2002. O questionário feito aos professores teve a principal finalidade de saber o grau de instrução dos mesmos e as principais dificuldades encontradas para o desenvolvimento do PRFE. O questionário dos alunos serviu principalmente para avaliar o grau de aprendizagem e conhecer o nível sócio-cultural. Foram aplicadas entrevistas à diretora da escola e à líder local com objetivo de saber quais foram os avanços percebidos após a aplicação do Projeto, assim como identificar seus pontos positivos e negativos.

## 3 - O PRFE E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP) DA ESCOLA ESTADUAL SANTA BERNADETE

Visando a melhoria do ensino, o Projeto Político-Pedagógico (PPP), muitas vezes, tem sido objeto de estudo de alguns profissionais da educação. Neste sentido, essa pesquisa também

tem o propósito de refletir sobre como o PPP da referida escola foi construído e como se organiza o trabalho pedagógico da mesma como um todo.

Quando, então, foi analisado o PPP da Escola Estadual de 1º Grau Santa Bernadete, viu-se que não foge à regra das demais escolas públicas, as quais o elaboram para cumprirem as exigências da Secretaria de Educação e Cultura (SEC), mas não o põem em prática. Geralmente o PPP é feito por um grupo pequeno, formado normalmente pela direção e coordenadores; os demais profissionais da escola dificilmente conhecem a sua proposta pedagógica.

Com relação ao exposto Veiga (1999: 3) comenta sobre o PPP, o qual deve

ir além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O PPP não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova de cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

O PPP da referida escola contém a maior parte dos princípios norteadores de um projeto, que são: igualdade, qualidade, liberdade e gestão democrática. Mas em nenhum momento o PPP menciona o princípio da valorização do magistério.

A proposta do PRFE é contraditória ao PPP na Escola Santa Bernadete de Amargosa-BA, no sentido de que este se refere ao conceito de autonomia, colocando a responsabilidade de todos, mas deixando de fora a esfera administrativa educacional. A escola não tem autonomia na medida em que depende dos órgãos superiores de educação para definir a política que terá de executar. Pois, dirigida de cima para baixo e na ótica do poder centralizador que dita as regras a serem cumpridas, a referida escola é obrigada a implantar o PRFE, desvinculando-se do seu objetivo (escrito no PPP) que é proporcionar ao aluno a formação indispensável ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o exercício consciente da cidadania, fornecendo-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Dando continuidade à reflexão questionam-se, como esses alunos terão igualdade de oportunidade para progredir no trabalho e nos estudos posteriores se eles irão concorrer no mercado de trabalho e nos concursos com alunos de cursos re-

gulares e até mesmo de escolas particulares? Onde entra o exercício consciente da cidadania, se eles não têm o direito de optar se querem ou não fazer parte desse Projeto?

Outra divergência do PRFE é que no PPP da Escola Santa Bernadete está escrito que o currículo deve seguir o Regimento Escolar, conforme legislação vigente e diretriz da Secretaria da Educação e Cultura (SEC), mas no referido Projeto os alunos estudam somente cinco disciplinas. Como exemplo pode-se questionar: como alcançar o objetivo da proposta pedagógica da escola de proporcionar meios que conduzam os alunos ao interesse pela tecnologia e pelas artes se eles não têm a disciplina educação artística ou outras que atendam a estes objetivos?

Segundo Veiga (1999: 11):

O currículo não é um instrumento neutro. O currículo passa ideologia, e a escola precisa identificar e desvelar os componentes ideológicos do conhecimento escolar, tanto os da classe dominante, quanto os da cultura popular. O currículo expressa uma cultura.

Quanto à avaliação dos alunos, tanto o PPP quanto o PRFE preconizam que deve ocorrer de forma processual, contínua e acumulativa. Pergunta-se: isso vem sendo feito?

A recuperação também é igual nos dois Projetos, sendo que deve ser de forma paralela a cada unidade, e para aqueles alunos que não obtiverem aprovação, devem ser submetidos à recuperação no final do ano letivo, utilizando 3% da carga horária dada, de acordo com o currículo.

## 4 – DISCUSSÕES SOBRE O PRFE NA VISÃO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES

### 4.1 – Opinião da Diretora da Escola Estadual de 1º Grau Santa Bernadete

A diretora da Escola Estadual de 1º Grau Santa Bernadete de Amargosa possui o Ensino Médio com formação em magistério, tendo experiência na área de educação escolar há mais de 30 anos. Foi regente de classe por 10 anos, assistente de direção, coordenadora de área, diretora de outra escola e atua nessa direção há 3 anos.

Conforme foi explicado em item anterior, a função da diretora da escola envolvida no PRFE é reunir-se com os pais dos alunos de sua escola no início do ano letivo, para explicar os objetivos

do Projeto, sua operacionalização e os compromissos que eles e seus filhos deverão assumir ao ingressar no Projeto, solicitando a colaboração e envolvimento deles durante todo o processo. No entanto, quando indagada sobre essa reunião, a diretora respondeu que não a havia realizado em 2002 (não explicando o motivo de não tê-la realizado), mas fez em 2001, no mês de abril.

Em relação à preparação dos professores para atuarem dentro da proposta pedagógica do PRFE, a diretora considera que os professores que fazem parte do Projeto não estão efetivamente preparados para atuarem dentro da proposta pedagógica, pois o tempo de preparo foi pequeno (apenas três dias), o que na realidade foi uma apresentação sobre o PRFE. Quaglio (2002) confirma a opinião da diretora da referida escola quando diz que, esses profissionais, que quase sempre são preparados para implementar as mudanças a partir de treinamentos e mesmo em reuniões relâmpagos, sem tempo suficiente para entender as propostas em seus verdadeiros fundamentos, procuram apenas substituir os conhecimentos que acham necessários ou que entendem ser mais adequados.

É importante salientar que o modo como o professor percebe a realidade pode se constituir em uma barreira, muitas vezes impedindo-o de experimentar alternativas pedagógicas, pois pode aceitar a realidade cotidiana de sua escola e de sua sala de aula como natural, ou pode tentar romper com a rotina, buscando meios mais eficientes para atingir os objetivos a que se propõe e ainda encontrar soluções para os conflitos que certamente ocorrerão (PONTUSCHKA, OLIVEIRA, 2002).

Nesse sentido, o processo em questão é alienante, tornando-se violência a todos da escola, concorrendo para aumentar a insatisfação das pessoas e os desajustes às situações de trabalho (QUAGLIO, 2002).

Para a diretora da escola em estudo, os avanços percebidos após aplicação do PRFE foram somente em termos de desenvolvimento de leitura, pois se percebe que os alunos estão acompanhando esse processo sem dificuldades.

Ainda para ela, em termos de aprovação, os avanços foram pequenos. Em 2001 existiam na escola 22 turmas do segmento A, das quais 11 turmas no matutino e 11 turmas no vespertino. Destas se formaram apenas 9 turmas.

Também compete aos diretores de escola programar políticas de acompanhamento da freqüência diária de alunos e professores;

mas de acordo com a diretora da escola Estadual de 1º Grau Santa Bernadete, os pais não comunicam as ausências dos filhos, apesar de a escola mandar avisos para os alunos faltosos através de cartas e recados pelos colegas vizinhos para comparecerem à escola.

No PRFE todo mês é feita análise da evasão escolar, enquanto que na escola só se faz no final de ano e somente consideram-se evadidos àqueles alunos que nunca freqüentaram as aulas; mas aqueles que deixaram de freqüentar algum período, retornando ou não às aulas não são considerados evadidos e sim reprovados. Para a diretora a evasão continua alta na referida escola para os alunos do segmento A, sendo de 15,7% no matutino e 22,8% no vespertino, em 2001.

Para desempenhar o seu papel no desenvolvimento do Projeto, a diretora da escola informou que participa com afinco dos encontros que tem, a fim de tirar as dúvidas com o líder da área, também procura estar sempre em contato com o líder local e os professores para saber o que está ocorrendo e de que forma pode ajudá-los.

Ainda para ela o PRFE apresenta como ponto positivo o material didático e a oportunidade de alguns alunos serem adiantados; e como ponto negativo, o fato de o conteúdo não estar de acordo com a realidade dos alunos, pois eles não têm pré-requisitos para acompanhar o programa.

Ao analisar a entrevista da diretora da Escola Santa Bernadete, nota-se que alguns pontos fundamentais para o desenvolvimento e o sucesso do PRFE não foram cumpridos, como a preparação pedagógica dos professores envolvidos e a reunião com os pais dos alunos que participam desse Projeto. Se tais fatos não ocorreram, como essas pessoas podem se sentir responsáveis pelo seu desenvolvimento?

Percebe-se também que alguns dos principais objetivos do PRFE não estão sendo alcançados, pois a evasão e a reprovação na Escola Santa Bernadete continuam altas. Para reverter esse quadro é preciso garantir a operacionalização deste Projeto, ou seja, que a proposta ocorra na prática; mas para que isso aconteça é necessário que todos os envolvidos cumpram suas funções.

#### 4.2 – Opinião da Líder Local sobre o PRFE

A líder local do PRFE está nesta função há cerca de 1 ano aproximadamente. Possui Curso Superior de Bacharel em Edu-

cação Religiosa e tem dois anos de regência de aulas. Foi também coordenadora pedagógica no Ensino Fundamental (1ª a 4ª série) na rede municipal e coordenadora na área religiosa em escolas do Vale do Jequiiricá, na Bahia.

Quanto ao PRFE em Amargosa, ela informou que a reunião, com os pais dos alunos participantes, foi realizada com a participação do líder local de 2001; e disse ainda que em 2002 também houve tal reunião, porém não foi no início do ano. Neste sentido, percebem-se algumas contradições entre a líder local e a diretora da escola, ambas envolvidas na pesquisa.

Quanto aos professores que trabalham no Projeto, a líder local afirma que estão preparados pedagogicamente dentro de sua proposta. Para aqueles que não se sentem preparados há um curso de capacitação para suprir as possíveis dificuldades que possam ocorrer. No entanto tudo depende da criatividade do professor em trabalhar aquilo que aprende teoricamente, pois ela reafirma que os professores são preparados dentro da metodologia do Projeto.

Para a líder local, após a aplicação do PRFE foi regularizada a defasagem idade/série e para aqueles alunos que cursaram regularmente o PRFE houve um melhor desempenho na atividade de leitura.

Com relação a sua função, ela disse que cumpre satisfatoriamente, tendo um papel fundamental no PRFE, pois gerencia e faz relatórios, é a intermediária entre o professor e a líder da área, que por sua vez faz a ligação de toda a equipe do Projeto, dá suporte ao professor, participa na distribuição do material, acompanha a metodologia utilizada na sala de aula, faz reunião mensal com os professores, porque há dificuldade para reunir todos os professores quinzenalmente, por isso faz informal, verifica a frequência dos alunos e dos professores e busca suporte para suprir as suas necessidades.

De acordo com informações da líder local, como pontos positivos do Projeto destacam-se o desempenho dos alunos na leitura, preocupação com a qualidade do ensino, alguns professores consideram o PRFE bom, inovação nas aulas por parte dos professores, apoio da direção e esforço dos professores para cumprir o Projeto. E como pontos negativos foram citados: a ausência dos pais na escola, a falta de pré-requisitos por parte dos alunos para acompanhar o Projeto, resistência de alguns professores, indisciplina e a falta de interesse e de participação dos alunos.

Percebe-se que a líder local quer passar a imagem de que o PRFE está dando certo, que os objetivos estão sendo alcançados; mas aponta a falta de pré-requisitos dos alunos para acompanharem o programa do PRFE, e se contradiz quando fala que a defasagem idade/série foi regularizada.

### 4.3 – Opinião dos Professores que Trabalham no PRFE

Quanto à sua participação no PRFE da Escola Estadual de 1º Grau Santa Bernadete, os professores que contribuíram com a pesquisa disseram que não tiveram opção, pois ou não tinham carga horária (3 deles) ou foi imposição da direção da escola (3). Segundo Spósito (2002: 301-2) isso mostra que:

Um dos paradoxos mais evidentes na atualidade brasileira é aquela decorrente entre o discurso que se elabora e as práticas que se programam, revelando que, talvez, nem mesmo nos governos militares estivéssemos tão submetidos, pois essa submissão se dá muito mais sutil no período atual.

Vale (2002) ainda diz que o comando da educação escolar pelo Estado faz dele o iniciador, o incentivador, o executor e o avaliador das ações educativas direcionadas numa perspectiva assimétrica que o faz agir sem espírito crítico, sem consciência das contradições, esquecendo a importância dos determinantes sociais da educação.

Quanto à proposta pedagógica do PRFE, 4 dos professores conhecem-na e 2 não a conhecem, porém todos confessaram ter dificuldades para trabalhar dentro da proposta, pois a maioria dos alunos não está alfabetizada, não tem os pré-requisitos exigidos pelo Projeto, não tem interesse e desempenho, também falta uma coordenação efetiva, as aulas são muito extensas e o tempo é curto para desenvolver as atividades propostas, e ainda os alunos têm dificuldades com relação ao programa do livro, o qual é muito extenso.

Indagado sobre o “para casa” (atividades passadas pelos professores, que os alunos devem fazer em casa), 3 dos professores responderam que os alunos não o fazem e 3 disseram que os alunos o fazem às vezes. Alguns alunos o fazem no momento da correção, sendo que 4 dos professores disseram que corrigem o “para casa” e 2 não corrigem. Percebe-se que não há nenhuma atitude com relação aos alunos fazerem ou não fazerem, até mesmo a sua correção. A falta de motivação em trabalhar em um Projeto imposto, provavelmente seja o motivo.

Sobre a frequência dos alunos, todos os professores disseram que ocorrem muitas faltas dos alunos, mas somente 2 disseram que comunicam à direção, 3 só o fazem se os alunos faltarem mais de três vezes consecutivas e 1 não faz nada. Segundo o PRFE a direção deve ser informada sobre as faltas dos alunos para que sejam tomadas as providências necessárias, pois os pais dos alunos devem participar da vida escolar de seus filhos.

Todos os professores afirmaram que não são feitas as reuniões quinzenais na escola e que a líder local não ajuda a elaborar o planejamento. Em termos do material didático do PRFE, 2 dos professores o utilizam, 1 não e 3 utilizam às vezes.

Com relação aos pontos positivos do PRFE foram citados: o material didático de qualidade; a vontade de regularizar a defasagem idade/série e ainda os conteúdos e exercícios do livro bem elaborados. Entre os pontos negativos destacam-se: falta de coordenação; pouco tempo para cumprir os objetivos; entrega atrasada do material didático, inclusive o livro do aluno; falta do material para os professores que ingressaram no Projeto em 2002; alunos não preparados, quase sem base para compreender os assuntos tratados; e também indisciplinados; muita cobrança com relação ao professor; exigência em cumprir o número de aulas com uma preocupação maior em relação à quantidade do que com a qualidade e ainda o Curso de Capacitação que sobrecarrega o professor e não acrescenta quase nada.

#### 4.4 – Opinião dos Alunos Participantes do PRFE

Os alunos que participam do PRFE segmento A da Escola Estadual de 1º Grau Santa Bernadete residem na zona urbana. Estão com 13 e 14 anos de idade (81%), 14% estão na faixa etária de 15 a 18 anos e somente 5% têm 24 anos de idade.

As condições socioeconômicas das famílias, cujos filhos participam do PRFE, são pequenas, das quais aproximadamente 68% vivem com até um salário mínimo e somente 4% vivem com mais de três, 50% das mães têm o Ensino Fundamental completo e os pais 64%, refletindo no alto desemprego, pois só 39% dos pais estão empregados.

Pergunta-se, citando Santos (1999), a educação escolar deve, então, preparar para o emprego ou para o vestibular (que a maioria destes alunos não irá fazer, obviamente)? Justifica-se tudo pela busca apressada de resultados, dizendo-se que os meios

justificam o fim, ou seja, são alunos carentes que estão atrasados em idade/série, devendo terminar logo o Ensino Fundamental para trabalhar, a qualidade do ensino fica em segunda opção.

Quaglio (2002) também concorda com Santos, quando diz que a questão do tempo é, às vezes, tomada como justificativa para tais procedimentos.

Com relação à repetência dos alunos participantes do PRFE, 7% nunca repetiram nenhuma série, 4% repetiram a 1ª série, 7% a 3ª série, 4% a 4ª série e 14% repetiram uma série inicial e a 5ª série, sendo que a maior repetência foi de alunos na 5ª série somente, com 64%. Essa questão é muito discutida, existindo várias opiniões de diversos educadores (PIERRO et al., 2001), mas se um aluno já está atrasado em relação à idade/série porque repetiu algumas vezes, tentar regularizar essa situação incluindo-o no PRFE não vai resolver o problema de sua aprendizagem, a qual já vem sendo comprometida.

A maioria dos alunos (89%) informou que seus pais não foram comunicados sobre sua entrada no PRFE na escola em que estudam e somente 11% disseram que seus pais souberam, mas que eles foram obrigados a participar desse Projeto devido a sua idade, não por opção. Sabe-se da importância dos novos projetos implantados pelo Estado na tentativa de resolver alguns problemas no ensino escolar, mas ao mesmo tempo, não se deve impor, já que os profissionais da educação que trabalham nas Secretarias Estaduais de Educação defendem a educação democrática.

Marques (2002) se posiciona defendendo a concretização de um ensino escolar de qualidade, expresso pela criação de uma cultura democrática, onde as relações pedagógicas e sociais que ocorrem no cotidiano escolar correspondam às demandas educacionais concretas dos grupos sociais que as freqüentam.

Sobre a freqüência, 14% dos alunos nunca faltaram aula, 4% só uma vez no semestre, 39% faltaram de 2 a 3 vezes, 4% de 3 a 4 vezes e 39% faltaram 4 vezes ou mais. Os alunos, por sua vez, disseram que a escola geralmente não comunica à família sua ausência, somente algumas vezes.

Percebe-se que na teoria o PRFE funciona, mas no cotidiano da escola as medidas adotadas não são as preconizadas e tudo continua igual.

Quanto ao “para casa”, 57% dos alunos responderam que o fazem e 43% fazem às vezes, mas 71% disseram que a professora corrige sempre e 29% disseram que corrige às vezes. Existe

um desencontro de opiniões entre professores a alunos quanto ao fazer ou não fazer e corrigir ou não corrigir o “para casa”. Mas por que fazem ou não fazem, por que corrigem ou não corrigem? O problema é este, no PRFE “é assim que deve ser”, pois está determinado que os alunos devem fazer e os professores devem corrigir, e nada mais é questionado ou feito.

Para avaliar a aprendizagem dos alunos que participam do PRFE na Escola Estadual de 1º Grau Santa Bernadete, os alunos foram indagados sobre alguns conhecimentos da área de Geografia. A maioria gosta dessa disciplina (79%), sem explicar porque gosta, mas todos erraram a questão sobre localização dos pontos cardeais. Foi dado um desenho com uma referência no leste pedindo que localizassem alguns lugares na Praça de Amargosa, sua cidade. Percebeu-se que mesmo alguns alunos tendo tentado localizar desenhando a rosa-dos-ventos, fizeram esta errada, perdendo todo o sentido. Também foi perguntado se conheciam aquele lugar ou se tinha algum significado para eles, mas ninguém respondeu a questão.

Azambuja (1998: 24) afirma que:

É necessário, no entanto, produzir uma aproximação com as realidades locais e regionais ou nacionais em estudo. O professor de Geografia precisa reelaborar essa tematização a partir dos aspectos presentes na realidade sócio-espacial e passar para seus alunos essa mesma capacidade do entendimento.

Mesmo que isso tenha sido feito - trabalhar com a realidade dos alunos - os mesmos só aprendem quando percebem que o professor também acredita no que diz. É a veracidade de como se passa a informação que também estimula os alunos a aprender o que lhes é ensinado, porque senão é mera informação, descontextualizada e sem significação.

Os professores que trabalham no PRFE, não se sentindo estimulados, também não estimulam seus alunos, que precisam de algo a mais para aprender, pois já estão defasados em idade/série, ou por falta de interesse em estudar, ou porque não foram incentivados pela família que também não tinha informação, etc. Eles disseram que o tempo é pequeno para trabalhar com alunos em condições especiais e que o material didático é muito extenso, ficando difícil fazer atividades fora da sala de aula.

A Geografia estuda a realidade, analisa o mundo através da leitura da paisagem, essa paisagem é a imagem e a representação do espaço em um determinado momento (CAVALCANTI,

1998), por isso sair da sala de aula é muito importante para o aprendizado dos alunos, seja qual série for.

O que acontece na verdade é que “na prática o professor continua sendo, na maioria dos casos, um reproduzidor das frases do livro didático e o aluno um memorizador das frases ditas pelo professor” (PASSINI, 1998: 79).

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se nesta pesquisa que tanto o PPP da Escola Estadual de 1º Grau Santa Bernadete, quanto o PRFE não põem em prática sua operacionalização, as propostas ficam apenas no papel. Percebe-se que os componentes fundamentais do processo ensino-aprendizagem não estão articulados, ou seja, os objetivos, os conteúdos e os métodos de ensino, dificultando assim alcançar seus objetivos. Para atingir os resultados desejados é preciso o uso de um método de ensino adequado.

Algumas contradições foram detectadas entre a diretora, a líder local, os professores e os alunos como, por exemplo, quando faltam na escola, os alunos disseram que nenhuma medida é adotada pela escola, já a diretora e a líder local disseram que seus pais são comunicados. Outra divergência constatada foi sobre o “para casa”, onde os alunos afirmaram que às vezes o professor o corrige ou dá tempo para fazê-lo quem não o fez. Já os professores disseram que o corrigem, mesmo quando os alunos não o fizeram e mandam fazer em casa àqueles que não o fizeram.

Nota-se também que alguns alunos estão fora da faixa etária proposta pelo PRFE e até mesmo da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/96, que rebaixou a idade mínima para o Ensino Fundamental de 18 para 15 anos e no Ensino Médio de 21 para 18 anos.

Percebe-se que muitos alunos que deveriam estar cursando o Ensino Médio estão no Ensino Fundamental Regular ou em Projetos Especiais (como o PRFE), como uma forma de driblar a restrição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), pois os Estados não têm obrigatoriedade com o Ensino Fundamental de jovens e adultos, conforme emenda da Constituição Federal, ficando assim, dispensado de aplicar verbas.

Os alunos que se encontram em uma faixa etária elevada em relação à série que deveriam estar cursando vêm no PRFE

uma oportunidade de acelerar os estudos. No entanto, as seqüelas deixadas por essas mudanças educacionais são inúmeras, porque os alunos provavelmente encontrarão muitas dificuldades para acompanhar os estudos no Ensino Fundamental Regular e principalmente no Ensino Médio, bem como, ingressar no mercado de trabalho.

Outro ponto de vital importância é a preparação do professor para trabalhar nesse Projeto, já que todos encontram dificuldades para desenvolver suas atividades, uma vez que os alunos não têm os pré-requisitos exigidos. Mesmo considerando uma boa proposta de ensino, os professores precisam de aperfeiçoamento, instruções, conhecimento para que possam entender as diferenças entre o ensino velho e o novo (que propõe o PRFE). Muitas vezes, diante de novas propostas de ensino o professor se sente inseguro, perdido e, por conseqüência, incompetente, e deixa de refletir sobre novas possibilidades de ensinar alunos que precisam de tratamento diferenciado.

Sabe-se que é da responsabilidade do professor refletir sobre a produção do conhecimento do aluno, pois sua missão só terá sucesso com a ação de aprender que deverá partir do aluno sob sua orientação. O que precisa para que isso ocorra é que haja um trabalho conjunto e integrado com o objetivo de preparar cidadãos conscientes do seu papel, na perspectiva da construção do conhecimento.

Sendo assim, ficou evidenciado neste trabalho que é preciso superar as falhas detectadas no PRFE para que haja um reconhecimento da importância da educação escolar, principalmente para aqueles alunos defasados em idade/série, pois estes são indivíduos participantes da vida social, que merecem espaço na prática social.

Ainda que a incoerência entre o discurso e o conjunto das decisões e práticas deva ser observada, é preciso que haja um esforço de reconhecer os avanços e os limites de cada uma das propostas e ações levadas a termo, para que as posições não expressem compromisso ideológico favorável ou contrário às iniciativas governamentais.

É importante observar que esta pesquisa analisou o PRFE somente em uma escola de um município do Estado da Bahia, mas sabe-se que inicialmente foi implantado em 45 municípios e a partir de 2004 expandiu-se para 325. Também que a SEC do Estado da Bahia considera o PRFE um sucesso, pois na sua ava-

liação alcançou todos os objetivos propostos. E ainda, o PRFE sofreu algumas modificações, fica, então, a possibilidade de dar continuidade a esta reflexão.

## REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, L. D. de. **Educação em Geografia: aprender a pensar através da Geografia.** In: SCHAFFER, N. O. et al. *Ensinar e aprender Geografia*. Porto Alegre: AGB, 1998. p. 23-28.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos.** Campinas, SP: Papyrus, 1998.

MARQUES, A. F. **A escola de qualidade: um Projeto Político-pedagógico de construção coletiva.** In: VALE, J. M. F. do et al. (Orgs.). *Escola pública e sociedade*. São Paulo: Saraiva/Atual, 2002. p. 38-45.

OLIVEIRA, J. B. A. **Programa de Regularização do Fluxo Escolar 5ª a 8ª série.** Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2000.

PASSINI, E. Y. **A fronteira e o lugar nos livros didáticos.** In: SCHAFFER, N. O. et al. *Ensinar e aprender Geografia*. Porto Alegre: AGB, 1998. p. 79-84.

PIERRO, M. C. Di. et al. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil.** In: PIERRO, M. C. Di (Org.). *Cadernos Cedes 55: políticas públicas e educação*. Campinas, SP, 2001. p. 58-75.

PONTUSCHKA, N. N., OLIVEIRA, A. U. de (Orgs.). **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa.** São Paulo: Contexto, 2002. 383 p.

SPÓSITO, M. E. **As diferentes propostas curriculares e o livro didático.** In: PONTUSCHKA, N. N., OLIVEIRA, A. U. de (Orgs.). *Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 297-311.

QUAGLIO, P. **Administração e supervisão na organização e funcionamento da escola pública brasileira.** In: VALE, J. M. F. do et al. (Orgs.). *Escola pública e sociedade*. São Paulo: Saraiva/Atual, 2002. p.66-72.

SANTOS, M. **Os deficientes cívicos.** *Folha de São Paulo*. Domingo, 24 de janeiro de 1999.